

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/10/2019

- [Atividades marcam os 10 anos do programa Mãe Legal](#)
- [Prêmio Primeira Infância elege práticas na categoria empresas](#)
- [Evento discute a qualidade da educação ofertada a adolescentes privados de liberdade](#)

Assunto: Atividades marcam os 10 anos do programa Mãe Legal

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 22/10/2019



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, promove atividades em comemoração aos 10 anos do programa Mãe Legal. A iniciativa, implantada em outubro de 2009, tem como principal objetivo garantir proteção à mulher que manifeste o interesse de realizar a entrega responsável de bebê para adoção, antes ou logo após seu nascimento. Ao longo de uma década, o programa atendeu aproximadamente 300 mulheres e procura evitar que crianças sejam abandonadas, adotadas de forma ilegal ou expostas a situações de risco, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Titular da Unidade Judiciária, o juiz Élio Braz ressalta a importância do trabalho realizado pelo “Mãe Legal” ao longo da década, buscando dar legitimidade ao direito da mulher decidir sobre o que considera melhor para o bebê. “O programa nasce com o compromisso de todos os profissionais da 2ª Vara de acolher e atender as mulheres que não desejam ser mães, que querem entregar os filhos para adoção. O programa exigiu de todos nós estudo, reflexão e muita atenção às questões de gênero e de proteção ao universo feminino. Entendemos que o corpo da mulher pertence à mulher. O corpo da mulher não pertence ao Estado, o corpo da mulher não pertence ao homem, o corpo da mulher não pertence à Igreja. A mulher precisa desta atenção e deste respeito do Poder Judiciário em razão de que no Brasil vivemos em um Estado laico”, destaca.

“Foi preciso desenvolver essa tecnologia de atendimento que hoje comemora 10 anos e está sendo reproduzida em todo o país. As pessoas estão buscando as oficinas e os treinamentos, e nós estamos disponíveis para o Brasil inteiro. Podemos treinar e orientar todos os órgãos do Poder Judiciário que desejem atender e acolher as mulheres que não querem exercer a maternagem, que não desejam criar essas crianças e que tomam uma atitude de coragem de entregá-las para adoção. O nosso trabalho é atender essa mulher com atenção e com respeito e encaminhar essa criança para uma nova família”, conclui o magistrado.

Programação pelos 10 anos

Na quinta-feira (24/10), será promovida uma oficina para tratar sobre os fluxos de encaminhamento e procedimentos adotados por agentes públicos de várias áreas que atuam no processo. Participam do encontro médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e profissionais de casas de acolhimento e maternidades do Recife.

Para os integrantes da Secretaria da Mulher de Pernambuco, da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o encontro com os profissionais do Mãe Legal acontece na quarta-feira (30/10). As oficinas serão realizadas das 14h às 17h, no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), no bairro da Boa Vista, no Recife.

Encerrando as atividades, na quinta-feira (7/11), ocorre o lançamento do livro “Entrega responsável de crianças para adoção: a experiência da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife”. O evento acontece das 8h às 13h, no auditório do Centro Cultural do Ministério Público (MPPE), localizado na avenida Visconde de Suassuna, 99, bairro da Boa Vista, no Recife. Na ocasião, será celebrado um Convênio de Cooperação Técnica entre o TJPE e o Município do Recife.

Mãe Legal – É uma ação da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), executado por meio da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital. A iniciativa tem o apoio do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), das Instituições de Acolhimento e Conselhos Tutelares que prestam apoio e orientação no acolhimento das crianças.

Assunto: Prêmio Primeira Infância elege práticas na categoria empresas

Fonte: CNJ

Data: 22/10/2019



Está publicada no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a lista das três iniciativas habilitadas e classificadas preliminarmente para concorrer, na categoria “Empresas”, à premiação de boas práticas promovida pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância. Os três projetos foram inscritos na categoria “Empresas”, aberta à participação de organizações empresariais, inclusive instituições privadas de ensino, que promovem ações e projetos para garantir direitos e atenção à primeira infância. O prêmio será entregue aos vencedores em São Paulo, durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sudeste, marcado para 2 e 3 de dezembro.

As três iniciativas mais bem classificadas na categoria foram propostas pela Ateliê Cata-Ventos Espaço para a Infância, Pré-Escola Nossa Senhora e Aplik Clínica de Vacinação. De acordo com o edital de divulgação, os interessados terão cinco dias úteis para recorrer contra o resultado preliminar à Comissão de Avaliação de Boas Práticas de Promoção e Proteção de Direitos da Primeira Infância. O prazo começa a contar da data da divulgação do edital, ou seja, 18 de outubro.

As três iniciativas que receberam as melhores notas da Comissão de Avaliação serão premiadas. Na categoria “Empresas”, os vencedores receberão troféu e certificado. A primeira categoria a ter a lista das iniciativas mais bem avaliadas foi a categoria Empresas, e mais outras três categorias terão os resultados preliminares divulgados até o final deste mês – Governo, Sistema de Justiça e Sociedade Civil Organizada.

Replicação

Após a premiação, começará uma nova etapa da ação, que é a disseminação e fomento das práticas. A ideia é permitir a replicação das boas práticas, para contribuir para o aprimoramento dos serviços de atenção à primeira infância, por qualquer órgão ou instituição interessada. O CNJ disponibilizará o material informativo sobre as práticas e promoverá fóruns de discussão entre os atores das práticas e os interessados em replicá-las.

Prêmio

A premiação é um dos desdobramentos do Projeto “Justiça começa na Infância: Fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça e financiado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O projeto integra um conjunto de ações que serão colocadas em prática pela rede de proteção à infância no Brasil, formada por cerca de 40 instituições que firmaram com o CNJ o Pacto Nacional pela Primeira Infância, em junho de 2019, e mais 26, que formalizaram a adesão, em setembro de 2019. Embora o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257) tenha sido sancionado em 2016, com um conjunto de diretrizes para políticas públicas destinadas a crianças dessa faixa etária, direitos fundamentais não estão sendo assegurados integralmente a esse segmento populacional.

A rede de proteção à infância no Brasil está sendo ampliada e, no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sudeste, em São Paulo, serão formalizadas novas adesões ao movimento em prol dos direitos da primeira infância, entre órgãos e instituições que atuam em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo ou Minas Gerais.

Assunto: Evento discute a qualidade da educação ofertada a adolescentes privados de liberdade

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 22/10/2019



A iniciativa da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória reuniu integrantes do Sistema de Justiça, da SEDU, do IASES e socioeducandos da região metropolitana.

Na última sexta-feira (18), o auditório da Corregedoria Geral da Justiça foi palco para o seminário “A Escola na Socioeducação: Alinhamentos Necessários e Horizontes Possíveis”, que reuniu integrantes do Sistema de Justiça, do IASES e das Secretarias de Educação e Direitos Humanos, além de jovens que cumprem medida socioeducativa. O evento, de iniciativa da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória, teve o objetivo de discutir a qualidade do ensino que vem sendo ofertada nas unidades de internação da região metropolitana.

A mesa de honra foi composta pelo juiz titular da Vara, Vladson Couto Bittencourt; pela representante da Secretaria de Educação, Mariane Luzia Folador Dominicini; pelo presidente do IASES, Bruno Pereira Nascimento e pelo representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Charles Francisco Rozário.

A primeira palestra foi proferida pela convidada especial Jacyara Silva de Paiva, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, que enfatizou sobre a importância dos atores da socioeducação se fazerem presentes na vida escolar dos adolescentes. “Essa presença amorosa, psicológica, é muito importante na ação educativa. É preciso mergulhar no cotidiano do menino. Saber ouvir e perceber o que ele precisa. Não adianta técnicos e doutores sentarem em uma mesa para pensar na melhora do processo educativo se o próprio jovem não for ouvido”.

Na sequência, a assistente social Bárbara Colombi apresentou o Relatório produzido após a realização das Inspeções Temáticas pela 3ª Vara da Infância e Juventude de Vitória, que comparou as condições dos espaços pedagógicos das unidades de internação de Cariacica e Vila Velha com as condições das escolas de referência na comunidade. Na ocasião, a equipe da vara visitou pessoalmente os locais, ouviu adolescentes e coordenadores e detectou dissonâncias quanto ao material didático e esportivo oferecido, acessibilidade a livros, tempo de duração das aulas, merenda, disponibilidade de tutores, entre outros aspectos.

“Na escola da comunidade de Cariacica enquanto conversávamos com o coordenador na biblioteca, percebemos que havia uma professora acompanhando um menino com autismo. Já na escola da unidade, não havia essa disponibilidade de tutor especial. Nas escolas de referência, os refeitórios são coloridos e as merendas são bem servidas. Já na unidade de internação os adolescentes comem apenas uma fruta em um intervalo de 10 minutos”.

Outro aspecto observado durante as inspeções foi a relação professor, autoridade e família. “Em qualquer intercorrência que aconteça dentro da escola das comunidades, é chamada a família. Quando isso acontece nas unidades, normalmente a família pouco participa da resolução dos conflitos”.

O relatório das Inspeções Temáticas deu origem a uma “Carta de Intenções” que será assinada pelo IASES e pela SEDU. Além disso permitiu a elaboração do Projeto “Livro que te quero livre”, apresentado no seminário pela assistente social Joseane Alves.

“É um projeto de incentivo à leitura dentro das unidades, uma vez que o diagnóstico mostrou a dificuldade de acesso aos livros por parte dos adolescentes e a subutilização das bibliotecas. A ideia é que os socioeducandos leiam uma obra por mês e produzam resenhas que serão avaliadas por uma comissão. Haverá um Painel literário onde eles se apresentarão e estímulos para quem participar do projeto. Queremos fomentar a consciência crítica e provocar uma reflexão sobre o papel da leitura na transformação social”.

O ponto alto do evento foi o depoimento do estagiário da Defensoria Pública Estadual, Matheus de Moraes Rocha, egresso do sistema socioeducativo, que emocionou a plateia ao falar sobre sua trajetória escolar: “Hoje como estudante acadêmico, futuro jurista, tenho a capacidade de pontuar com a propriedade de quem viveu as dificuldades relacionadas à educação, dentro e fora da unidade. Só tive acesso à escola com 5 anos de idade e em 09 anos a escola não foi capaz de me apresentar perspectivas de mudança. No final do ensino fundamental abandonei as aulas e logo depois, tive minha primeira passagem pelo crime. No momento exato em que a escola deixou de fazer parte da minha vida, a criminalidade foi a porta que se abriu. Se a escola não estiver presente, vai ter o tráfico para te abraçar. E a sua família vai junto”.

Matheus ainda contou que cumpriu medida socioeducativa por quase dois anos em uma unidade de internação. E foi lá que começou a mudar a mentalidade, motivado pelo professor de Filosofia, uma presença marcante em sua vida escolar. “Ele me fazia refletir o tempo todo. E eu pensava: Por que é que eu não terminei meu ensino médio? Por que é que eu não entrei na faculdade? Por que é que eu não posso ser um juiz, um promotor, policial, um psicólogo? Hoje eu estou na Faculdade de Direito. Meu pai voltou para a escola e minha mãe também. A educação é um instrumento de transformação. E o conselho que eu dou para esses adolescentes que estão aqui hoje é: Eu sei que dentro da unidade há muitas dificuldades, mas se tiverem uma oportunidade, tentem abraçar”, concluiu Matheus, recebendo muitos aplausos.

O encerramento foi com a apresentação teatral de adolescentes do Centro Socioeducativo CSE. Para o juiz da 3ª Vara da Infância e da Juventude, Vladson Bittencourt, o evento foi muito produtivo:

“Tivemos a presença de técnicos, professores e servidores da SEDU, alunos, integrantes do IASES e do Poder Judiciário. É a opinião de cada um, expondo suas dificuldades e angústias, que contribui para a gente crescer. É a problemática discutida por todos que vai fazer com que consigamos avançar dentro da educação no sistema educativo. Essa é nossa expectativa. Essa é a nossa esperança”.